



LISBOA MEDIÉVAL

Gentes, Espaços e Poderes

João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira,
Catarina Tente, Mário Farelo e Miguel Gomes Martins, coords.



LISBOA MEDIEVAL:
GENTES, ESPAÇOS E PODERES

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 15

LISBOA MEDIEVAL:
GENTES, ESPAÇOS E PODERES

JOÃO LUÍS INGLÊS FONTES,
LUÍS FILIPE OLIVEIRA,
CATARINA TENTE,
MÁRIO FARELO
E MIGUEL GOMES MARTINS
Coordenadores

Textos seleccionados do III Colóquio Internacional “A Nova Lisboa Medieval” (Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 20 a 22 de Novembro de 2013).

Arbitragem Científica:

Amélia Aguiar Andrade, Ana Maria Rodrigues, Arnaldo Melo, Denis Menjot, Dolores Villalba Sola, Fernando Correia Branco, Hermínia Vilar, Isabel Dias, Jean-Pierre Molénat, João Pedro Bernardes, José Antonio Jara Fuente, Laurinda Abreu, Luís Urbano Afonso, Manuel Luís Real, Maria Adelaide Miranda, Maria Alessandra Bilotta, Maria Filomena Barros, Maria Helena da Cruz Coelho, Maria João Branco, Maria José Ferro Tavares, Maria Manuela Martins, Miguel Metelo de Seixas, Saul António Gomes, Stéphane Boissellier, Susana Gómez Martínez, Walter Rossa.

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2013.

Título	Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes
Coordenação	João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente, Mário Farelo e Miguel Gomes Martins
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais
Capa	Ricardo Naito com base na gravura de Lisboa, editada por: Georg Braun, Frans Hogenberg – <i>Civitates Orbis Terrarum</i> . Antverpia: apud Philipum Gallaeum / apud Auctores 1572, Vol. I
Colecção	Estudos 15
ISBN	978-989-99567-4-2
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	431294/17
Impressão	Finepaper

Índice

Apresentação	9
<i>João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira</i>	
PARTE I	
Conferência de abertura	13
London and the Kingdom: Commerce, Politics and Power in the Late Middle Age	
15	
<i>Matthew Paul Davies</i>	
PARTE II	
Gentes, espaços e poderes – textos seleccionados	35
Enterramentos infantis em contextos não funerários na Alta Idade Média	
37	
<i>Sílvia Casimiro, Sara Prata, Rodrigo Banha da Silva</i>	
Um refinamento de dados alto-medievais do Palácio dos Condes de Penafiel	
57	
<i>Adriaan de Man, Rodrigo Banha da Silva</i>	
A defesa costeira no distrito de Lisboa durante o Período Islâmico.	
I – A área a Ocidente da cidade de Lisboa	
67	
<i>Marco Oliveira Borges</i>	
Lisboa e o seu alfoz, em relatos árabes do “maravilhoso”	
105	
<i>António Rei</i>	
Ocupação medieval na Sé de Lisboa	
113	
<i>Alexandra Gaspar, Ana Gomes</i>	
Fontes Cristãs e Muçulmanas em Confronto. Reflexões sobre as Conquistas de Santarém e Lisboa em 1147	
129	
<i>Inês Lourinho</i>	

O povoamento do termo de Lisboa no pós-Reconquista: o papel de duas casas monásticas dos arrabaldes na estruturação de um território (1147-1321)	155
<i>André de Oliveira Leitão</i>	
Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa.....	177
<i>José Augusto Oliveira</i>	
São Vicente em Lisboa: dois protagonistas (leitura histórica de um fragmento musical)	205
<i>Manuel Pedro Ferreira</i>	
A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV	223
<i>Manuel Fialho Silva, Artur Jorge Ferreira Rocha</i>	
Lisboa e o comércio marítimo com a Europa nos séculos XIV e XV.....	241
<i>Flávio Miranda, Diogo Faria</i>	
A maioral das cidades portuguesas em discurso (in)direto.....	267
<i>Adelaide Millán da Costa</i>	
A instituição da almotaçaria, o controlo da atividade construtiva e as singularidades de Lisboa em finais da Idade Média.....	287
<i>Sandra M. G. Pinto</i>	
O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos	313
<i>Milton Pedro Dias Pacheco</i>	
Caracterização codicológica dos manuscritos hebraicos datados de Lisboa (1469-1496)	353
<i>Tiago Moita</i>	
Correeiros, adargueiros, guadamecileiros, chapineiros – o estilo mudéjar e o estilo renascentista na Lisboa tardo-medieval e quinhentista.....	367
<i>Franklin Pereira</i>	
O património dos hospitais medievais na Lisboa manuelina.....	393
<i>Margarida Leme</i>	
Judeus e judiarias de Lisboa nos alvares dos Descobrimentos. Perspectivas dos espaços e das gentes.....	439
<i>José Alberto Rodrigues da Silva Tavim</i>	

Enterramentos infantis em contextos não funerários na Alta Idade Média

Sílvia Casimiro¹, Sara Prata², Rodrigo Banha da Silva³

Partindo da ideia de que os rituais funerários são praticados com um propósito, que refletem a identidade individual do inumado e, como produto que resulta de um comportamento perante a morte refletem, também, a identidade coletiva de um grupo, estes variam em função de toda uma conjuntura vivida pelos grupos sociais. Neste sentido, constituem-se como uma importante fonte de informação, em termos ideológicos, socioeconómicos, identitários e culturais. O tratamento dado ao corpo, o modo como é colocado na sepultura, a presença ou ausência de mobiliário funerário, o tipo de sepultura, a sua localização ou a organização do espaço funerário são algumas das fontes de informação que, em conjunto com o estudo dos restos osteológicos associados, essenciais para a reconstrução dos parâmetros paleodemográficos, refletem a comunidade que representam, independentemente do contexto cronocultural. O recurso aos estudos biomoleculares (ADN) e bioquímicos (principalmente os isótopos de nitrogénio e carbono e o estrôncio) aplicados aos restos osteológicos para promover a interpretação e caracterização das comunidades do passado, apesar das limitações que estes apresentam, constitui-se como uma mais-valia⁴, uma vez que podem revelar pormenores relativos às diferentes fases da vida de um indivíduo, fornecendo informações sobre padrões de alimentação e de mobilidade, graus de parentesco e aspetos relacionados com as condições de vida. Infelizmente, o recurso a estes métodos é, ainda, pouco frequente em Portugal.

No entanto, os rituais funerários nem sempre são perceptíveis e os restos osteológicos nem sempre estão presentes, o que constitui um entrave na investigação. No que respeita à temática da Alta Idade Média, deparamo-nos ainda com outras limitações. Tal como elucida Catarina Tente, “Trata-se de uma temática difícil

¹ Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/NOVA) e Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-FCSH/NOVA). scasimiro@fcs.unl.pt

² Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/NOVA); Universidade de Salamanca.

³ Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL); Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM-FCSH/NOVA, UAç).

⁴ HAKENBECK, Susan – “Potentials and limitations of isotope analysis in early medieval archaeology”. in *Postclassical Archaeologies* 3 (2013), pp. 109-125.

por escassearem os documentos escritos e por estes serem, fundamentalmente, emanados das elites, o que limita a construção de uma imagem mais abrangente e que inclua os excluídos desse mesmo poder”⁵. No âmbito da arqueologia, a falta de “fósseis diretores” constitui-se como outra limitação. No entanto, e apesar dos constrangimentos, tal como reforça a investigadora, é neste âmbito que se têm vindo a fazer alguns progressos.

Com efeito, Portugal tem assistido, nos últimos anos, a um desenvolvimento da investigação dirigida a estas cronologias, com uma abordagem interdisciplinar que tem permitido alargar os conhecimentos sobre estas comunidades e o seu modo de vida, tais como os projectos desenvolvidos por Marina Afonso Vieira para o Alto Paiva⁶ ou por Catarina Tente para o Alto Mondego⁷ e, mais recentemente, para o distrito de Viseu⁸. Também em Espanha alguns investigadores⁹ têm desenvolvido esta temática, com o mesmo tipo de abordagem, em projetos bastante reveladores.

Esta ampla cronologia abrange um período de grande relevância na Península Ibérica, uma vez que ocorrem eventos históricos marcantes com implicações na organização social e no modo de vida das populações, especialmente nos seus primeiros séculos. Desintegra-se o que resta da administração romana e entram em cena os denominados “povos germânicos”. Mais tarde, ocorre a ocupação islâmica e os consequentes avanços e recuos da conquista cristã¹⁰. Com esta, e a par de uma certa estabilização política, expande-se uma rede paroquial que procura insistentemente uniformizar as normas eclesíásticas e os rituais fúnebres. Porém, esta tentativa de uniformização tarda em revelar efeitos práticos, fenómeno que é perceptível no registo arqueológico, nomeadamente perante a variabilidade funerária, verificando-se que vários tipos de enterramento podem coexistir no tempo e no espaço, sem predominância de sexo ou idade.

Apesar do ritual de cremação ainda persistir durante a Alta Idade Média, apresenta-se como pouco frequente, sendo a inumação o ritual predominante, com uma ampla variedade que se distribui entre as cemiteriais (necrópoles e pequenos núcleos de sepulturas) e as extra-cemiteriais. Na última incluem-se as sepulturas

⁵ TENTE, Catarina. – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e Exploração do Território nos Séculos V a XI*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia apresentada à FCSH da UNL. Lisboa: [s.n.], 2010.

⁶ VIEIRA, Marina Afonso – *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, “Trabalhos Arqueologia 36”, 2004.

⁷ TENTE, Catarina – *ob. cit.*

⁸ EICAM – Estudo Interdisciplinar de Comunidades Alto Medievais (séculos V a XI) – O caso de Viseu: <http://www.eicam-iem.fcsh.unl.pt/>

⁹ Casos de Juan António Quirós Castillo, Margarita Fernandez Mier, Alfonso Vigil-Escalera e Iñaki Martín Viso.

¹⁰ TENTE, Catarina – *ob. cit.*

e as inumações em contextos habitacionais, silos, fossas ou outros locais onde não seria expectável identificar enterramentos humanos.

São várias as problemáticas que se destacam no seio desta temática, nomeadamente, a que se refere à sub-representação de não adultos nos espaços funerários, seus motivos e suas implicações¹¹. De facto, a proporção relativa destes esqueletos recuperados em contexto arqueológico é muito baixa, principalmente no que se refere a neonados e crianças muito jovens, não representando, de todo, os valores esperados para populações pré-industriais¹². Durante a Idade Média, cerca de 1/3 das crianças que sobreviviam ao nascimento percia antes de completar o primeiro ano de vida, altura em que estavam particularmente mais vulneráveis à doença, à falta de cuidados e aos múltiplos riscos decorrentes do meio ambiente. Após o primeiro ano de vida, as hipóteses de sobrevivência aumentavam substancialmente mas, ainda assim, cerca de 1/3 desses sobreviventes percia antes de completar os 5 anos¹³, período em que, para além dos riscos que corriam durante o primeiro ano de vida ainda serem substanciais, se inclui a fase em que ocorre a transição da amamentação materna para a introdução de leites de proveniência animal e alguns dos alimentos sólidos que faziam parte da dieta familiar, provocando reações no sistema imunitário, muitas vezes fatais, especialmente nos indivíduos mais débeis¹⁴.

Uma das justificações mais recorrentes para esta sub-representação, particularmente neste período, é a ausência do sacramento do batismo, o requisito determinante para a inclusão na comunidade cristã. Na Península Ibérica, decorre o lento processo de cristianização de uma população enraizada numa mescla de culturas de matriz local, mas também romana e germânica, onde as normas religiosas cristãs, para além de não se encontrarem uniformizadas e, muito menos, cimentadas, sofrem significativas variações geográficas. Esta situação surge como uma preocupação por parte da Igreja, perceptível nos cânones dos concílios visigóticos e hispano-romanos pela repetição dos apelos à uniformização destas

¹¹ Ao longo deste texto, as referências a “não adulto”, “infantil”, “criança” reportam-se a indivíduos com idade compreendida entre o nascimento e a fase em que é expectável que atinjam a puberdade.

¹² CARDOSO, Hugo – “Onde estão as crianças? Representatividade de esqueletos infantis em populações arqueológicas e implicações para a paleodemografia”. in *Revista de Antropologia Portuguesa* 20/21 (2003/2004), p. 239.

¹³ LEWIS, Mary – *The Bioarchaeology of Children. Perspectives from Biological and Forensic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, “Cambridge Studies in Biological and Evolutionary Anthropology”, 2007, p. 81; CARDOSO, Hugo – *ob. cit.*, p. 254; KAMP, Kathryn A. – “Where Have All the Children Gone? The Archaeology of Childhood”. in *Journal of Archaeological Method and Theory*. Vol. 8, n.º1 (2001), pp. 1-34.

¹⁴ HERRING, D. A.; SAUNDERS, S. R.; KATZENBERG, M. A. – “Investigating the Weaning Process in Past Populations”. in *American Journal of Physical Anthropology* 105 (1998), pp. 425-439; KATZENBERG, M. A.; HERRING, D. A.; SAUNDERS, S. R. – “Weaning and Infant Mortality: Evaluating the Skeletal Evidence”. in *Yearbook of Physical Anthropology* 39 (1996), p. 178.

normas, dos rituais fúnebres e à importância de fazer passar essa informação, nomeadamente, às comunidades mais ruralizadas e menos acessíveis¹⁵.

Também bastante comum é justificar-se esta “invisibilidade” de sub-adultos com a fragilidade do esqueleto e a sua maior suscetibilidade aos fenómenos tafonómicos. É verdade que se trata de material ósseo mais sensível, que se desarticula com mais facilidade e que é mais suscetível de ser transportado, destruído ou consumido por animais¹⁶. Contudo, por um lado, este fenómeno não se cinge apenas ao material ósseo, estendendo-se também às sepulturas ou a quaisquer vestígios de enterramento. Por outro lado, tal como acontece com o material ósseo de adultos, a estrutura histológica dos ossos de não-adultos pode ser bastante razoável, desde que as circunstâncias inerentes ao enterramento também o sejam. Em muitos casos, tem sido possível a extração de material ósseo em condições para se proceder a análises bioquímicas e biomoleculares.

Mas se a grande maioria destes não adultos, aparentemente, não era sepultada nos espaços convencionais, tinha de o ser em algum outro lugar. Os enterramentos infantis em locais distintos do resto da população, ou seja, fora do espaço comunitário destinado à prática funerária, estão documentados arqueologicamente para cronologias da Alta Idade Média. Estes surgem, normalmente, em contextos habitacionais (ou espaços associados), dispersos pela paisagem e em silos, poços, fossas ou depósitos.

Na Península Ibérica, os casos de enterramentos de não adultos, seja em contextos habitacionais, seja no interior das estruturas ou em espaços associados (hortas, terrenos e estruturas anexas), sucedem-se na Alta Idade Média, incluindo em contexto muçulmano, mas também em cronologias anteriores e até posteriores. Através da etnografia, sabemos que, pelo menos na primeira metade do século XX, estes enterramentos ainda eram praticados em casos de morte de recém-nascidos e de crianças muito jovens, independentemente de serem ou não batizados. Os corpos das crianças, dependendo da idade, eram colocados em caixas de cartão (muitas vezes em caixas de sapatos) ou de madeira, em caixões improvisados ou simplesmente envolvidos em lençóis brancos, antes de serem enterrados. Os mesmos registos

¹⁵ VIVES, José (ed.) – *Concilios Visigóticos e Hispanos Romanos*. Barcelona/Madrid: CSIC-Instituto Enrique Florez, 1963.

¹⁶ MORTON, R. J.; LORD, W. – “Detection and recovery of abducted and murdered children: Behavioral and taphonomic influences”. in HAGLUND, W.; SORG, M. (eds.) – *Advances in Forensic Taphonomy: Method, Theory and Archaeological Perspectives*. New York: CRC Press, 2002, pp. 151-171; LEWIS, Mary – *ob. cit.*, p. 23; BASS, W. – *Human Osteology. A Laboratory and Field Manual*. Columbia: Missouri Archaeological Society, 2003; GUY, H.; MASSET, C. – “Particularités taphonomiques des os d’enfants”. in BUCHET, L. (ed.) – *L’enfant, son corps, son histoire*. Sophia Antipolis: APDCA, 1997, pp. 35-43.

dizem-nos que era comum o pai encabeçar uma espécie de cerimónia, muito breve e para uma assistência muito reduzida, de cariz familiar¹⁷.

Um exemplo destes casos, na Alta Idade Média e na Península Ibérica, foi identificado no povoado medieval de Aistra, em Álava (País Basco). Trata-se do enterramento de um recém-nascido com menos de um mês de vida, no solo de uma *longhouse*. Este enterramento, apesar da ausência de mobiliário funerário, revela alguns cuidados na sua deposição. Chama-se a atenção para o facto deste caso se inserir cronologicamente no final da Alta Idade Média, altura em que, em Aistra, terá existido um espaço destinado ao enterramento de crianças. Segundo alguns autores, tratar-se-ia de uma necrópole infantil. No entanto, esta é também referenciada como um “limbo”¹⁸. A avaliar pela faixa etária dos inumados, que se concentra entre os oito meses de gestação e os doze meses de vida, a hipótese de se tratar de um limbo parece mais assertiva, já que ao tratar-se de uma necrópole infantil, seria de esperar uma variedade etária mais ampla. Não se pode, no entanto, descartar a hipótese de se tratar de uma área destinada ao enterramento de crianças batizadas com cariz de urgência.

De qualquer forma, a coexistência deste espaço funerário com a inumação no interior da *longhouse* sugere que houve um qualquer propósito naquele enterramento, algo que levou aquela família a optar por sepultar no espaço familiar, em vez de o fazer no espaço especialmente destinado para esse fim. Mesmo quando solucionada, ou remediada, a questão do sacramento do batismo, com o surgimento do “limbo”, com as necrópoles infantis ou com zonas especialmente destinadas ao enterro de crianças, integradas nas necrópoles comunitárias, continua a verificar-se uma sub-representação, ainda que menos acentuada, e continuam a ocorrer enterramentos fora do espaço especialmente destinado a a essas práticas.

Para a Igreja cristã, o batismo era essencial para salvar as almas do castigo eterno, livrando-as do inferno e permitindo o sepultamento em solo sagrado. No início da Alta Idade Média era, por isso, recomendado que as crianças fossem batizadas o mais cedo possível. Ainda assim, muitos defendiam que a criança não era portadora de pecados e, neste sentido, surge o *limbus puerorum* como uma solução para o problema das crianças que morriam antes de serem batizadas. O limbo era visto como uma espécie de estado intermédio, onde, apesar de privadas do céu, as crianças viviam a eternidade, sem penas pessoais, mas privadas da visão

¹⁷ FERNANDEZ CRESPO, Teresa – “Los enterramientos infantiles en contextos domésticos en la Cuenca Alta/Media del Ebro: a propósito de la inhumación del despoblado altomedieval de Aistra (Álava)”. in *Munibe (Antropología-Arkeologia)* 59 (2008), pp. 199-217; BARANDIARÁN, José Miguel de – “De la población de Zugarramurdi y sus tradiciones”. in *Obras Completas*. XXI. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1983, p. 332. IDEM – *Obras Completas*. I. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1972, p. 415.

¹⁸ FERNANDEZ CRESPO, Teresa – “Los enterramientos...”, pp. 213-214.

beatífica de Deus¹⁹. Este distanciamento da Igreja fazia com que nem todos os cristãos vissem o limbo como uma solução.

Ainda em contexto extra-cemeterial, a presença de não-adultos é também identificada em silos ou depósitos que, como qualquer outro tipo de inumação, apresenta também a sua própria variabilidade. Salvo em casos excepcionais, não se verificam vestígios de cuidados na deposição do corpo, nem de rituais funerários. Maioritariamente em conexão anatómica, os esqueletos aparentam resultar de uma deposição descuidada, não revelando, no entanto, quaisquer vestígios de morte violenta. Regista-se a ocorrência de indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, desde fetos a adultos. Em relação ao número de indivíduos por estrutura, há um claro predomínio dos depósitos individuais, apesar de serem comuns os depósitos duplos e múltiplos²⁰. Por norma, observam-se diferenças relativamente aos padrões alimentares e marcadores de stress ocupacional, entre os indivíduos inumados em silos e os inumados na necrópole do mesmo contexto e para a mesma cronologia. Atente-se, no entanto, que há casos que contrastam com esta “norma”. Contudo, as interpretações inerentes ao eventual simbolismo desta forma de enterramento são muito particulares, não deixando de ser significativamente relevantes para o estudo da variabilidade funerária na Alta Idade Média. Estes depósitos são muito bem descritos, tanto os que se inserem dentro na “norma” como os casos considerados “de exceção” por Vigil-Escalera Guirado²¹.

Retrocedendo na história, verifica-se que o cruzamento das tradições culturais herdadas pela criança no início da Alta Idade Média não lhe conferia grandes expectativas de vida. De alguma forma, é a tradição cristã, através de um lento processo, que vai conferir uma nova perspectiva de vida a estas crianças²².

Há algumas décadas, gerou-se um controverso debate que incidia, sobretudo, no facto de existirem, ou não, laços emocionais entre pais e filhos na Idade Média²³. Não questionamos aqui a inexistência desses laços, nem consideramos

¹⁹ WALSH, Michael – *Roman Catholicism: The Basics*. Abingdon: Routledge, 2005, p. 109.

²⁰ VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso – “Comunidad política aldeana y exclusión. Una revisión de las formas de inhumación altomedievales (ss.V-VIII d.C.)”. in *Reti Medievali* 14, 1 (2013), pp. 1-42.

²¹ *Ibidem*.

²² COSTA, Ricardo – “Reordenando o conhecimento: a educação na Idade Média. O conceito de Ciência expresso na obra *Doutrina para Crianças* de Ramon Llull”. in OLIVEIRA, Terezinha (coord.) – *Anais da II Jornada de Estudos Antigos e Medievais*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002, pp. 17-28.

²³ ARIÉS, Philippe – *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon, 1960; idem – *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. 2e édition. Paris: Seuil, 1973; LE GOFF, Jacques – *A civilização do ocidente medieval*. Vol. II. Lisboa: Ed. Estampa, 1984; FLANDRIN, Jean Louis – “Enfance et Sociétés”. in *Annales Economies Sociétés Civilisations*. 19e année, 2 (1964), pp. 322-329; ALEXANDRE-BIDON, Danièle; LETT, Didier – *Les enfants au Moyen Age, Ve-XVe Siècles*. Paris: Hachette, 1998; SHAHAR, Shulamit – *Childhood in the Middle Ages*. London-New York: Routledge, 1990; ORME, Nicholas – *Medieval children*. New Haven – London: Yale University Press, 2001.

que a criança, independentemente da idade, fosse desprezada ou ignorada pela família e pela sociedade em geral. Por um lado, verifica-se que, pelo menos por parte da Igreja, há um esforço crescente, nos primeiros séculos da Alta Idade Média, no sentido de dar mais atenção à criança e de lhe conferir alguma proteção. Este esforço é perceptível, mais uma vez, nos concílios visigóticos e hispano-romanos, através das repetições relativas à punição dos praticantes de infanticídio e de aborto, transparecendo que, apesar dos esforços, tal continuava a acontecer²⁴.

A frequência da morte de crianças podia suscitar um certo receio de apego e dedicação a vidas que à primeira doença, certamente, cederiam à morte²⁵. De uma forma natural, as famílias estariam relativamente preparadas para perder alguns dos seus descendentes em idade muito tenra e, após a morte de um, provavelmente dedicavam-se muito rapidamente aos outros e ao trabalho que assegurava a sua sobrevivência. Os laços emocionais tenderiam a fortalecer-se ao longo do crescimento das crianças e, à medida que estas iam sobrevivendo às fases mais críticas, atenuando gradualmente os receios de apego. Neste sentido, não se trataria de uma ausência de laços emocionais mas sim, de uma resistência no “investimento” nessas crianças durante os primeiros anos de vida.

Através de algumas das narrativas de Gregório de Tours, chegamos a relatos do século VI que refletem, por um lado, a existência dos questionados laços sentimentais e por outro, a frequência da morte de crianças. O autor relata o sentimento de tristeza e a lamentação de Fredegunda, esposa do rei franco merovíngio Chilperico (neto de Clóvis), perante a morte de crianças: “Essa epidemia que começou no mês de agosto atacou em primeiro lugar todos os jovens adolescentes e provocou sua morte. Nós perdemos algumas criancinhas encantadoras e que nos eram queridas, a quem nós havíamos aquecido em nosso peito, carregado em nossos braços ou nutrido por nossa própria mão, lhes administrando os alimentos com um cuidado delicado [...]”²⁶. Também os filhos e herdeiros de Fredegunda e Chilperico acabam atingidos por uma epidemia que, após vitimar o filho mais novo, ainda recém-nascido, vitima o mais velho. Posteriormente, o casal tem outro filho, que nasce durante um cerco, mas é rejeitado pela mãe, que receava a sua morte. Diz-se que Chilperico a salva e que Fredegunda acaba por aceitar e batizar a criança, mas esta morre antes de completar os cinco anos. Mais tarde, este casal perde ainda outro filho, com cerca de um ano de vida, que não resiste à disenteria²⁷.

²⁴ VIVES, José – *ob. cit.*

²⁵ COSTA, Ricardo – *ob. cit.*

²⁶ GREGÓRIO DE TOURS – *Historiae*, V, 34, citado a partir de COSTA, Ricardo – *ob. cit.* Ressalve-se, na sequência deste autor, um devido distanciamento em relação a esta fonte. Gregório de Tours não é de todo imparcial, pelo menos no que respeita a Fredegunda, conhecida na história pela sua crueldade e por ser uma mulher implacável.

²⁷ *Ibidem.*

A temática que envolve a sub-representação de não-adultos nos espaços destinados a fins funerários tem vindo a despertar, cada vez mais, a atenção dos investigadores, particularmente na área da antropologia, uma vez que, para além de intervir na caracterização da estrutura social, nomeadamente das comunidades alto medievais, tem graves implicações na reconstrução dos parâmetros paleodemográficos, exigindo que se recorra a outros métodos, com algumas limitações, para procurar solucionar o problema²⁸. A mortalidade infantil constitui-se, muito provavelmente, como o mais variável e o mais sensível dos índices demográficos bioculturais. Da perspectiva da paleodemografia, a presença de indivíduos infantis nestes espaços oferece informações muito relevantes quando procuramos determinar se estamos perante uma comunidade em crescimento ou em regressão²⁹.

A arqueologia, por outro lado, tem negligenciado esta temática. Talvez por a considerar pouco relevante ou porque identificar a presença ou a acção de crianças no registo arqueológico se afigure como algo quase inatingível. Apesar disso, regista-se uma panóplia de vestígios arqueológicos, associados a vários períodos históricos, tais como os dígito de uma criança muito jovem impressos em cerâmica³⁰, registo de pegadas³¹, marcas de dentes gravadas em resina³², bonecas de cronologia romana³³, bonecas e miniaturas cerâmicas de cronologia muçulmana³⁴, pinturas³⁵, entre outras. Estes vestígios devem, no entanto, ser interpretados com as devidas precauções, para não cair no erro de cometer exageros ao classificar tudo o que é “miniatura” como objeto associado a crianças.

Com efeito, as crianças não fazem apenas parte da esfera privada de uma sociedade, integrando também a esfera pública, uma vez que participam nas actividades socioeconómicas da comunidade. São “atores” que desempenham um papel, cujo peso varia no tempo e no espaço, e depende do contexto sociocultural

²⁸ CARDOSO, Hugo – *op. cit.*

²⁹ BOCQUET-APPEL, J. P. – “La paléodémographie”. in DUTOUR, Olivier; HUBLIN, Jean-Jacques; VANDERMEERSCH, Bernard (eds.) – *Objets et méthodes en paléanthropologie*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2005, p. 281.

³⁰ CROWN, P. L. – *Becoming a potter: Situated learning in the prehistoric American Southwest*. Paper presented at the Society for American Archaeology Meetings, Seattle, Washington. 1998; KAMP, K.; TIMMERMAN, N.; LIND, G.; GRAYBILL, J.; NATOWSKY, I. – “Discovering childhood: Using fingerprints or find children in the archaeological record”. in *American Antiquity*. Vol. 64, n.º 2 (1999), pp. 309-315.

³¹ ROVELAND, B. – “Footprints in the clay: Upper Paleolithic children in ritual and secular contexts”. in SOFAER DEREVENSKI, J. (ed.) – *Children and Material Culture*. London: Routledge, 2000, pp. 29-38.

³² AVELING, E. – “Chew, chew, that ancient chewing gum”. in *British Archaeology* 21 (1997), pp. 6-7.

³³ ROSSI, F. – “Deux poupées en ivoire d'époque romaine à Yverdon-les-Bains”. in *Archaologie der Schweiz* 16 (1993), pp. 152-157.

³⁴ GOMES, Rosa Varela – “Brinquedos muçulmanos. Um aspecto do quotidiano do Sul de Portugal (séculos XII-XIII)”. in ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, José Custódio Vieira da (coord.) – *Estudos Medievais. Quotidiano Medieval. Imaginário, Representações e Práticas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp. 103-116.

³⁵ JANSSEN, R. D.; JANSSEN, J. J. – *Growing Up in Ancient Egypt*. London: The Rubicon Press, 1990.

e das necessidades de cada comunidade. A forma como apreendemos o conceito de “criança” e o papel que esta desempenha na sociedade está intrinsecamente associada à nossa cultura. No entanto, o conceito de infância deve ser entendido como dinâmico e como um fenómeno sociocultural. Se no seio da mesma tradição cultural, onde seria de esperar alguma consistência relativamente ao conceito de “criança” ou de “infância”, é comum surgirem diferenças consideráveis, então, entre culturas, essas diferenças podem ser drásticas³⁶.

No estudo de uma necrópole anglo-saxónica do século VII, a inclusão de um escudo numa sepultura atribuída a um indivíduo com idade à morte estimada entre os 10 e os 12 anos, foi considerada anómala, por não estar de acordo com o verificado nas restantes sepulturas de crianças, dentro da mesma necrópole. No entanto, uma segunda análise revelou que aquela sepultura estaria mal classificada, uma vez que, naquele enquadramento cronocultural, aos 10 anos de idade os indivíduos eram legalmente adultos, tornando aquela sepultura de criança numa sepultura de um adulto e explicando a presença do escudo³⁷. Este caso ilustra a forma como tendemos a transportar conceitos atuais para o passado e para outros espaços geográficos e o risco que isso comporta. Para além disso, demonstra que a interpretação do registo funerário deve ser desenvolvida com muito cuidado, com recurso ao cruzamento de métodos e, se possível, com base em conhecimentos prévios sobre a comunidade em que se inscreve. Bastante relevantes são, sem dúvida, as fontes documentais que, sempre que existam, devem ser escrutinadas de forma exaustiva, acautelando o conteúdo “entre linhas”.

Há referências históricas que nos indicam que, em muitas sociedades, as crianças acediam muito precocemente a funções sociais e desempenhavam tarefas que hoje consideramos como não compatíveis ou desadequadas para o seu desenvolvimento físico e para aquilo que entendemos ser uma criança³⁸. Na verdade, não é preciso recuar no tempo, basta uma pequena pesquisa nos registos etnográficos para constatar que o conceito de infância é impreciso e que a mutabilidade da sua definição se aplica, inclusive, às sociedades atuais em que, em alguns casos, desde muito cedo, as crianças ficam responsáveis por tarefas ou atividades em prol da família e da comunidade. Estas atividades incluem o

³⁶ KAMP, Kathryn A. – “Where Have All the Children Gone? The Archaeology of Childhood”. in *Journal of Archaeological Method and Theory*. Vol. 8, n.º1 (2001), p. 4.

³⁷ Curiosamente, três séculos depois (século X), o estatuto de adulto só era atingido aos 12 anos: KAMP, Kathryn A – *ob. cit.*, p. 7; CRAWFORD, C. – “When do Anglo-Saxon children count?”. in *Journal of Theoretical Archaeology* 2 (1991), pp. 17-24.

³⁸ CHAPA, T. – “Presencia infantil y ritual funerario”. In GUSI, F.; MURIEL, S.; OLARIA, C. (eds) – *Nasciturus, Infans, Puerulus vovis mater terra*. Diputació de Castelló Castelló: SIAP, 2008, pp. 619-641; CHARLIER, Philippe – “L’identification du travail infantile en paléopathologie. Ostéo-archéologie et techniques médico-légales tendances et perspectives”. In CHARLIER, Philippe (ed.) – *Pour un “Manuel Pratique de Paléopathologie Humaine”*. Paris: De Boccard, 2008, pp. 309-310.

pastoreio, a recolção de lenha e frutos, a pesca, a caça, o transporte de água, a agricultura, os cuidados para com os animais e para com crianças mais novas, tarefas domésticas ou trabalhos repetitivos e exaustivos³⁹.

Existem três tipos de classificação da idade: a idade biológica, a idade cronológica e a idade social. A idade biológica reflete o desenvolvimento físico, através do processo de maturação óssea. É um processo ativo, influenciado por inúmeros fatores, tais como os do foro ambiental, sociocultural, alimentar, patológico, higiénico-sanitário, entre outros. A idade cronológica pode apenas ser aferida através de registos escritos que determinam a data de nascimento do indivíduo. Por último, a idade social, que aqui tem sido referida, é um conceito que sofre variações socioculturais e temporais. Esta pode ser determinada através do cruzamento de determinadas especificidades e após a análise de vários fatores.

Para o desenvolvimento do estudo sobre esta “invisibilidade” de não adultos nos espaços funerários das comunidades alto medievais, é necessário rever e uniformizar toda uma metodologia. Seria uma vantagem definir ou estabelecer os estádios etários, de modo a delimitar fronteiras entre “infantil”, “criança” e “adolescente”. Porém, este é um problema metodológico de difícil resolução, atendendo à questão do desenvolvimento dos não adultos se tratar de um fenómeno biológico e sociocultural em mutação que, para além de expressar os aspetos culturais de cada sociedade, é também produto resultante desses mesmos aspetos e, como tal, está sujeito à variabilidade cultural⁴⁰.

Em alguns casos, foi possível fazer uma aproximação à definição desses parâmetros para estabelecer estádios etários baseados no equilíbrio entre as idades biológica e social. Um desses casos é o estudo dirigido a contextos romanos, no Reino Unido, em que se procuraram estabelecer os estádios etários através da tipologia dos enterramentos e do espólio associado⁴¹. Note-se, porém, que os investigadores contaram com uma amostra substancial, já que tiveram acesso a necrópoles com um elevado número de não adultos.

³⁹ HOCKINGS, K. J.; YAMAKOSHI, G.; KABASAWA, A.; MATSUZAWA, T. – “Attacks on local persons by chimpanzees in Bossou, Republic of Guinea: long-term perspectives”. in *American Journal of Primatology* 72 (2010), pp. 887-896; WHITE, L. K.; BRINKERHOFF, D. B. – “Children’s work in the family: Its significance and Meaning”. in *Journal of Marriage and the family* 43 (1981), pp. 789-798; ZELIVER, Viviana A. – *Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children*. Princeton: Princeton University Press, 1985. BRADLEY, C. – “Woman’s power, Children’s labour”. in *Cross-Cultural Research* 27 (1993), pp. 70-96; BAXTER, J. – *The Archaeology of Childhood: Children, Gender and Material Culture*. Walnut Creek: Alta Mira Press, 2005.

⁴⁰ HALCROW, Siân; TAYLES, Nancy – “The bioarchaeological investigation of childhood and social age”. in *Journal of Archaeological Method and Theory* 15 (2008), pp. 190-215.

⁴¹ GOWLAND, Rebecca – “Playing dead: implications of mortuary evidence for the social construction of childhood in Roman Britain”. in *Proceedings of the 10th Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*. Oxford: University College of London, 2001, pp. 152-168.

No que se refere à Alta Idade Média, dada a raridade do espólio associado aos enterramentos e toda a conjuntura que envolve este período, os parâmetros a considerar para esta definição teriam de ser analisados ao nível de uma micro-escala. Contudo, tal como já foi referido, nesta cronologia lidamos com uma série de limitações que, por ora, impossibilitam a definição desses conceitos. Não obstante, não se afigura como uma boa metodologia adoptar definições aplicadas a outros contextos cronoculturais, atendendo a que isso, certamente, iria deturpar eventuais resultados.

Curiosamente, na obra *Etymologiae*, Isidoro de Sevilha⁴², no século VII, descreve a existência de seis estádios etários desconhecendo-se, no entanto, os parâmetros usados para a sua definição. O primeiro estádio, a *infantia*, decorria desde o nascimento até aos seis anos de idade, período em que as crianças são mais vulneráveis. Provavelmente, a partir deste estádio, ou seja, após os 6 anos, haveria um maior investimento nas crianças, tal como a introdução no seio de alguns ofícios e na educação. Isidoro de Sevilha designa este estádio de *pueritia*. No início do estádio seguinte, a *adolescentia*, estariam aptos para casar e constituir família. Este estádio termina pelos 20 anos quando se inicia a *juventus* até aos 40; a *senectus* até aos 60 anos e, por fim, o último dos estádios: o *senium*.

O caso identificado na Praça da Figueira, em Lisboa (séculos VI a VIII)

O caso que a seguir se apresenta refere-se a quatro enterramentos infantis identificados em contexto não funerário, atribuíveis aos primeiros séculos da Alta Idade Média. A sua relevância atribui-se, essencialmente, à escassa atenção dada à sub-representação infantil mas também à questão da variabilidade funerária no período alto medieval.

Entre 1999 e 2001, decorreu uma intervenção arqueológica de emergência na Praça da Figueira em Lisboa, na sequência da identificação de um vasto potencial arqueológico durante a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

Os trabalhos arqueológicos revelaram um horizonte cronológico e cultural bastante amplo, que compreendia a Pré-História Recente e a Contemporaneidade, revelando, entre outros contextos, a Necrópole Noroeste de Olisipo com uma ampla

⁴² ISIDORO DE SEVILHA – *Etimologías*. Ed. bilingue, trad. Jose OROZ RETA e Manuel MARCOS CARQUERA. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

cronologia e uma grande variedade de rituais fúnebres⁴³, um bairro islâmico⁴⁴ e as ruínas do extinto Hospital Real de Todos os Santos⁴⁵. Após uma análise preliminar que incidiu sobre a dinâmica estratigráfica e sobre os materiais e estruturas exumadas, correspondentes às fases de ocupação romana do sítio, com o objectivo de promover a leitura e compreensão do espaço, foi definido um conjunto de cinco momentos, denominados por “Fases” e enumerados de forma cronológica a partir da mais ancestral.

As Fases I, II e III correspondem a evidências de época romana, tanto anteriores como posteriores à instalação do urbanismo alto-imperial, onde se inclui a época de funcionamento da necrópole romana enquanto espaço monumentalizado. A Fase IV apresenta já evidências correspondentes à época de “desmonumentalização” e posterior desativação da necrópole. A utilização da Praça da Figueira como espaço de necrópole parece ter cessado nas primeiras décadas do V. De facto, nesta fase, que corresponderá, sensivelmente, à segunda metade do século III e o início do século V, o espaço intervencionado, a certa altura, assume a aparência de paisagem arruinada, fruto de uma ação de desmonumentalização da Necrópole Noroeste de Olisipo. Ainda assim, a área envolvente à grande via romana que conduzia a *Scallabis*, e daí a *Emerita* e *Bracara*, persistia como área de sepultamento, sendo predominantes as inumações, praticadas no interior de ataúdes em madeira ou em fossas simples abertas no solo⁴⁶.

A última fase definida – Fase V – inicia-se na primeira metade do século V, apresentando claras evidências de que o espaço já não é utilizado para fins funerários. Este facto pode explicar-se pela progressiva cristianização da cidade, que gerou novas ideologias e novas formas de ritualização da morte e que resulta numa distinta topografia urbana⁴⁷.

Durante este período, aquele espaço caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade ocupacional, podendo interpretar-se como uma retração do

⁴³ SILVA, Rodrigo Banha da – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à F.C.S.H. da U.N.L. Lisboa: [s.n.], 2012.

⁴⁴ SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “O Bairro Islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”. in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011, pp. 17-25.

⁴⁵ ALVES-CARDOSO, Francisca; CASIMIRO, Sílvia; ASSIS, Sandra – “Panorama geral do espólio osteológico da necrópole do antigo Hospital Real de Todos os Santos – Lisboa, séc. XVI-XVIII”. in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (ed.) – *Arqueologia em Portugal – 150 Anos. Actas do I Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 1103-1109.

⁴⁶ SILVA, Rodrigo Banha da; CASIMIRO, Sílvia – *A Fase V na Praça da Figueira (Lisboa): Na periferia de Olisipo nos séculos V a VIII*. Poster apresentado na VIII Mesa Redonda Internacional Sobre a Lusitânia. Mangualde, 10-11 de Maio de 2013; SILVA, Rodrigo Banha da – *ob. cit.*

⁴⁷ SILVA, Rodrigo Banha da – *ob. cit.*

espaço suburbano do noroeste da cidade. Desta forma, a área da actual Praça da Figueira ocuparia uma localização periurbana com algumas características de espaço rural. Esta fase ocupacional materializa-se numa extensa unidade estratigráfica caracterizada por uma elevada compacidade e matriz fina muito argilosa de coloração verde acinzentada, com inclusões bem distribuídas de nódulos ferruginosos e de carvão, aparentando resultar de um longo processo de deposição orgânica. Numa primeira etapa da investigação, a fase V englobou distintas realidades que foram posteriormente individualizadas. A disposição daquela unidade estratigráfica e a sua sobreposição à via romana e a um pequeno conjunto edificado, originaram a distinção entre dois momentos diferenciados, que foram denominados por Fase V [a] e Fase V [b]⁴⁸.

Na Fase V [a] foi identificado um conjunto de estruturas que aparenta constituir uma pequena unidade rural, possivelmente de carácter familiar que, reutilizando antigos muros e procedendo à edificação de outros, reformula o espaço junto à antiga via romana *Olisipo-Scallabis*. Nos contextos de abandono de um dos seus compartimentos, foram exumados fragmentos de dois vasos em terra sigillata clara africana D, relativamente bem conservados: um prato da forma Hayes 76 e uma taça/almofariz da forma Hayes 91B, a que são atribuídas cronologias situadas entre, respectivamente, 425-475 d.C. e 380-500 d.C.⁴⁹. Nesta fase, foi praticado, apenas, um dos quatro enterramentos infantis aqui identificados.

Na Fase V [b], foram identificados três enterramentos infantis e foi exumado um fragmento de epígrafe atribuível ao século VI⁵⁰.

Análise bioantropológica preliminar

Devido ao carácter de emergência da escavação e à fragilidade do material osteológico, os quatro enterramentos identificados nesta fase ocupacional não foram escavados em campo, tendo-se optado pelo seu levantamento em bloco e posterior escavação em laboratório. Este processo de escavação decorre desde há cerca de 2 anos, de uma forma muito vagarosa, não só pela já referida fragilidade do material, como pela própria constituição dos sedimentos que envolvem os esqueletos. Trata-se de blocos de terra argilosa e muito compacta que, pela sua

⁴⁸ SILVA, Rodrigo Banha da; CASIMIRO, Sílvia – *ob. cit.*

⁴⁹ RAYNAUD, C. – “Cerámique africaine Claire D”. in *Dicocer – Dictionnaire des Céramiques antiques (VIIème s. av. n. è.-VIIème s. de n. è) en Méditerranée nordoccidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental, “Série Lattara, vol. 6”, 1993, pp. 192-194.

⁵⁰ SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – *ob. cit.*

própria constituição, fez com que o material ósseo se mantivesse muito bem conservado. Neste sentido, os dados aqui revelados resultam de uma análise preliminar, segundo uma observação unicamente macroscópica.

Para a limpeza e escavação dos esqueletos foram utilizados instrumentos finos em madeira e pincéis. Na análise biométrica, recorreu-se ao uso da fita métrica e do paquímetro. Apesar do carácter vagaroso dos trabalhos permitir que os sedimentos extraídos sejam continuamente observados, optou-se por recorrer, ainda, à crivagem com malha muito fina, atendendo às pequenas dimensões do material, características desta faixa etária. Todos os dados recolhidos durante a escavação e análise preliminar deste material ósseo são registados numa ficha devidamente adaptada para o efeito⁵¹.

Os métodos para estabelecer a idade à morte em indivíduos não adultos são bastante exatos, baseando-se, sobretudo, nas várias fases de desenvolvimento dentário, no cálculo da idade a partir da determinação da estatura segundo o comprimento das diáfises dos ossos longos, nos estágios de desenvolvimento da fusão das diáfises dos ossos longos com as epífises e ainda, da fusão das suturas cranianas. De um modo geral, os resultados obtidos a partir de cada um destes métodos resultam coincidentes.

A metodologia aqui adotada para a estimativa da idade à morte foi o cruzamento de alguns dos métodos desenvolvidos com base no comprimento dos ossos longos, nomeadamente o úmero, o fémur e a tibia⁵². Quando possível, recorreu-se ainda ao método de estimativa pelo desenvolvimento dentário⁵³. Optou-se por esta metodologia, uma vez que cada um destes métodos foi desenvolvido com base na observação de coleções identificadas constituídas por indivíduos oriundos de diferentes contextos cronoculturais e socioeconómicos, nomeadamente de sociedades industriais. Atendendo aos inúmeros factores a que está sujeito o desenvolvimento biológico dos não adultos, os métodos a que hoje recorremos para a estimativa da idade à morte no estudo de sociedades pré-industriais podem não ser os mais indicados. O cruzamento destes métodos permite estabelecer um valor médio e, eventualmente, conduz a um resultado mais credível.

⁵¹ Ficha adaptada a partir de: BUIKSTRA, J. E.; UBELAKER, D. H. – *Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains*. Fayetteville: Arkansas Archaeological Survey, 1994.

⁵² FAZEKAS, István Gyula; KÓSA, F. – *Forensic Fetal Osteology*. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1978; MARESH, M. – “Measurements from Roentgenograms”. in McCAMMON, R. W. (ed.) – *Human Growth and Development*. Illinois: Charles C. Thomas, 1970, pp. 157-200; OLIVIER, G.; PINEAU, H. – “Nouvelle détermination de la taille foetal d’après les longueurs des diaphysis de os long”. in *Annales de Médecine Légale* 40 (1960), pp. 141-144.

⁵³ UBELAKER, D. H. – *Human Skeletal Remains: Excavation, Analysis, Interpretation*. Washington, DC: Taraxacum Press, 1989.

Não foi desenvolvida qualquer análise relacionada com a diagnose sexual, uma vez que a estimativa do sexo em indivíduos cujo dimorfismo sexual é incipiente, está sujeita a consideráveis erros interpretativos.

Foram exumados quatro enterramentos individuais e primários, identificados de acordo com a sua localização na área intervencionada (**Fig. 1**).

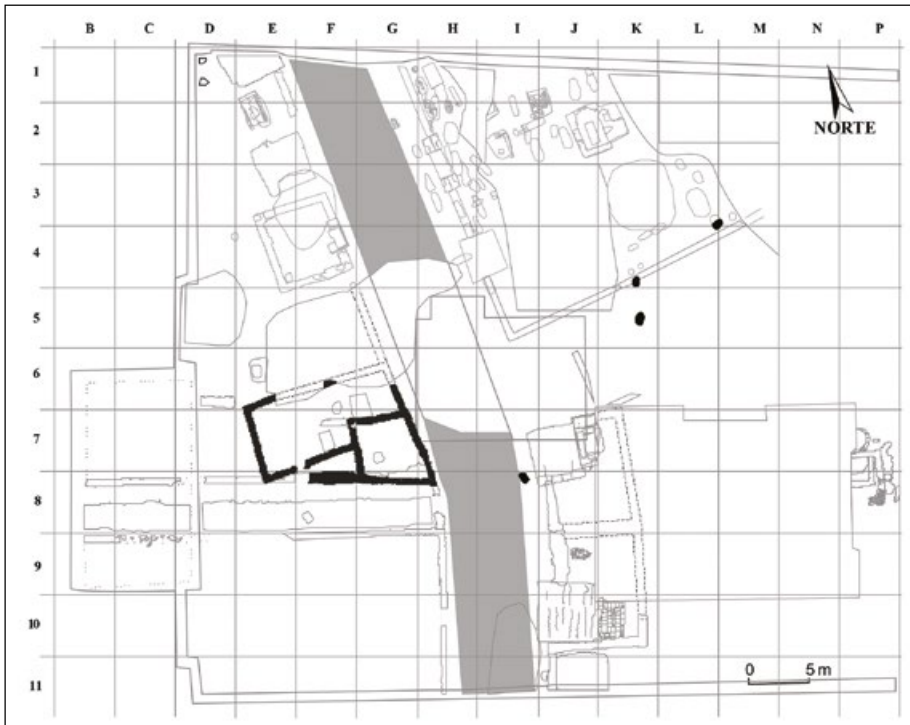


Fig. 1 – Plano da Fase V (estruturas e enterramentos assinalados a negro).

Correspondente à Fase V [a], apenas foi identificado um enterramento. Trata-se do indivíduo I.8, que se encontrava depositado junto à Via Norte. Com cerca de 40 semanas de gestação, foi depositado em posição fetal, sob o lado esquerdo, com orientação O-E e, em espaço não colmatado. Aparentemente, o corpo foi depositado numa fossa profunda aberta para o efeito e coberta com cerâmica de construção. Este é o enterramento que apresenta vestígios mais evidentes, de algum cuidado com a deposição do corpo (**Fig. 2**).

Correspondentes à Fase V [b], foram identificados três enterramentos.

O Indivíduo K.4, identificado sobre parte de uma estrutura identificada como um muro romano alto imperial e que se insere cronologicamente na fase III, entre todos o que apresenta idade mais avançada, estimada entre os 6 e os 9 meses de vida.



Fig. 2 – Indivíduo I. 8 (Centro de Arqueologia de Lisboa).

Encontrava-se em decúbito supino, inclinado sobre o lado direito, com orientação N-S. O membro superior direito encontrava-se ligeiramente fletido, enquanto o esquerdo se encontrava estendido. Os membros inferiores estavam flectidos para o lado direito. A cabeça estava orientada para norte. Depositado em espaço colmatado, não apresenta vestígios de qualquer cuidado na sua deposição (Fig. 3).

O Indivíduo K.5, com idade à morte estimada em cerca de 36 a 38 semanas de gestação na altura da morte, encontrava-se depositado em decúbito supino com todo o esqueleto apendicular flectido e com orientação NO-SE.

Tal como se verifica com o indivíduo K.4, aparentemente, foi depositado sem que houvesse uma preocupação com a abertura de uma fossa para o efeito e não foram observados quaisquer vestígios de cuidados na deposição do corpo.

O Indivíduo L.3 (Fig. 4) foi identificado no canto sudeste de L3, encostado às quadrículas M3, M4 e L4. Com idade à morte estimada entre as 36 e as 38 semanas de gestação, foi depositado em decubito supino, com orientação SE-NO, em espaço colmatado. Os membros superiores e inferiores encontravam-se flectidos.

Para concluir a análise preliminar destes casos provenientes da Praça da Figueira, importa sublinhar que os enterramentos foram identificados de uma forma dispersa pela área intervencionada, sem que se lhes possa ser atribuído um carácter de “conjunto” e sem qualquer espólio associado.



Fig. 3 – Indivíduo K. 4 (Centro de Arqueologia de Lisboa).



Fig. 4 – Indivíduo L. 3. Foto: Rodrigo Banha da Silva.

Aparentemente, os indivíduos foram depositados durante o processo de formação da unidade estratigráfica, não revelando, pelo menos em três casos, quaisquer evidências de preocupação na forma de deposição do corpo. O indivíduo I.8, aparentemente, é o único que apresenta vestígios de alguma preocupação com a deposição do corpo, sendo evidente a abertura de uma fossa para o efeito que, após a colocação do corpo, foi coberta com fragmentos de materiais construtivos. Relativamente à sua localização na área intervencionada, este indivíduo destaca-se, ainda, por se encontrar mais afastado dos restantes e mais próximo da estrutura de cariz rural. De facto, os únicos enterramentos identificados com alguma relação de proximidade foram os dos indivíduos K.4 e K.5, que se inserem na mesma fase de ocupação (Fase V [b]).

Note-se ainda que, com a exceção do indivíduo I.8, os enterramentos foram praticados em decúbito supino. Porém, as recomendações para os enterramentos infantis, à época, mencionavam que as crianças pequenas deveriam ser depositadas em posição fetal, como se estivessem a dormir.

Em relação aos três neonados (I.8, K.5 e L.3), não foi possível determinar se nasceram mortos ou se morreram nos primeiros dias de vida. Importa referir que não foram identificadas alterações ósseas, malformação ou trauma, em qualquer um dos indivíduos aqui apresentados.

Apesar da importância dos estudos bioantropológicos que incidem em esqueletos de indivíduos não adultos de proveniência arqueológica, a informação obtida a partir destes restos ósseos, não deve ser interpretada como um reflexo do estado geral de saúde da comunidade infantil, uma vez que pode proporcionar uma visão distorcida da saúde da infância da comunidade que integravam, já que estes representam os indivíduos que, por algum motivo, não sobreviveram.

Considerações finais

Pretendeu-se com este texto discutir a problemática associada à sub-representação de indivíduos não adultos nos espaços destinados a práticas funerárias durante a Alta Idade Média. A identificação destes enterramentos em áreas não destinadas a essas práticas, em parte, justifica essa sub-representação. No entanto, também nos alerta para a possibilidade destes surgirem em qualquer outro contexto, de forma inesperada, muitas vezes impossibilitando a sua recuperação.

Para compreender esta invisibilidade nas necrópoles alto medievais, não recorrendo apenas a justificações pré-concebidas, como a ausência do sacramento do batismo e a fragilidade do material ósseo e, por outro lado, para procurar

discernir sobre os locais onde estas crianças seriam sepultadas, é necessário ampliar o nosso conhecimento sobre as comunidades alto medievais a nível local. Há todo um conjunto de fatores que podem estar na origem deste fenómeno, desde aqueles que se relacionam com a moldura sociocultural, à própria conservação do material ósseo e a eventuais falhas na metodologia, que favorecem o não reconhecimento dos esqueletos.

Atendendo à variabilidade funerária durante a Alta Idade Média, principalmente durante os primeiros séculos, é importante considerar hipóteses diferenciais para explicar este fenómeno e procurar reunir mais dados sobre as dinâmicas que envolvem esta variabilidade, nomeadamente as relativas a estes “atores invisíveis” em contexto arqueológico. Neste sentido, há todo um trabalho prévio ao desenvolvimento da definição de estádios etários baseados no cruzamento das idades biológica e social, tornando-se necessário identificar mais casos de estudo e, principalmente, ampliar o conhecimento sobre as comunidades alto medievais.

Torna-se incontornável fazer aqui referência à importância da colaboração e do diálogo entre a arqueologia e a antropologia biológica, de forma a promover a uniformização das metodologias de campo, a identificação deste tipo de vestígios e, conseqüentemente, uma melhor recolha da informação associada a este material osteológico tão frágil. Durante a escavação de um espaço funerário, o arqueólogo está previamente alertado para a identificação de restos osteológicos humanos. No entanto, o que estes dados indicam é que, também noutros contextos há que estar preparado para os reconhecer. A verdade é que, para quem não está familiarizado com este material, os ossos de um indivíduo não adulto não são facilmente identificáveis e, por vezes, podem mesmo ser confundidos com restos faunísticos, frequentemente presentes no registo arqueológico.

Mesmo se dispersos e lacunares, os textos reunidos neste livro cobrem uma grande diversidade de temas e até de cronologias, desde os séculos tardo-romanos aos finais da Idade Média. De perdidos e enigmáticos enterramentos infantis aos hospitais tardo-medievais, dos testemunhos dos geógrafos islâmicos aos relatos da conquista cristã da cidade, dos vestígios materiais aos estaleiros de obras reconstituídos através dos livros de contas, dos espaços do poder aos bairros das minorias, da liturgia vicentina aos capítulos de cortes, do termo que alimenta a cidade aos longínquos portos onde chegam os seus produtos e as suas gentes, é todo um mosaico que, mesmo incompleto, vai ajudando a compor uma história da Lisboa Medieval.

João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Apresentação

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

